



CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ALLAN KLEVANSKIS

AMANDA MOURÃO

PEDRO MAURÍCIO

SAMARA DE CASTRO

SHAYANE SANTOS

VANESSA LOFFI

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO – ESCOLHA CORRETA DO
REGIME DE TRIBUTAÇÃO A SER ADOTADO PELA
EMPRESA**

Belo Horizonte

2013

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	Erro! Indicador não definido.
2. DESENVOLVIMENTO.....	Erro! Indicador não definido.
2.1. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	5
2.2. REGIME DE TRIBUTAÇÃO.....	5
2.3. LUCRO PRESUMIDO X LUCRO REAL	6
3. ABERTURA DA EMPRESA.....	7
3.1. CONSULTA DE VIABILIDADE	7
3.2. CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA (CNPJ)	7
3.3. INSCRIÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL.....	8
3.4. REGISTRO DE ALVARÁ.....	8
3.5. REGISTRO EM SINDICATOS	8
4. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
5. PLANO DE NEGÓCIO	Erro! Indicador não definido.2
6. CONCLUSÃO	Erro! Indicador não definido.4
7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	Erro! Indicador não definido.
8. APENDICE A –DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Erro! Indicador não definido.
9. APENDICE B – BALANÇO PATRIMONIAL	Erro! Indicador não definido.7
10. APENDICE C – BALANÇO PATRIMONIAL - MODELO FLEURIET ...	Erro! Indicador não definido.8
11. APENDICE D – CONTRATO SOCIAL	Erro! Indicador não definido.
12. APENDICE E – CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (C.N.P.J).....	20
13. APENDICE F – ENQUADRAMENTO DE EMPRESA PEQUENO PORTE (EPP).....	21

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este portfólio tem por objetivo assessorar e prestar consultoria contábil aos alunos do curso de Nutrição da faculdade Faminas-BH, na abertura de um negócio empresarial no que tange a constituição da empresa e enquadramento tributário desta.

Pretende-se desenvolver as competências de nós discentes, promovendo uma visão de atuação do profissional de contabilidade, colocando em prática o papel de um contador, frente aos desafios atuais.

Para o desenvolvimento do trabalho, levou-se em consideração as informações prestadas pelos alunos quanto à organização societária e previsão de receitas e despesas no período de um ano.

A partir das projeções, adequou-se às tributações obrigatórias de acordo com a sua atividade e ao enquadramento da melhor escolha de tributação para a minimização de impostos.

As atribuições de um contador não se limitam a apurar os impostos e manter a contabilidade em dia, o profissional de contabilidade deve contribuir com todas as áreas da empresa objetivando oferecer ao empresário as ferramentas necessárias para a preservação do seu patrimônio e a gestão dos negócios.

O profissional contábil precisa ser visto como um comunicador de informações essenciais á tomada de decisões, pois a habilidade em avaliar fatos passados, perceber os presentes e prever eventos futuros pode ser compreendido como fator preponderante ao sucesso empresarial. Silva(2003, p.3).

Ele deve ter informações que lhe ofereça condições para avaliar os resultados e desempenho da empresa, não só da apuração dos resultados mensais, mas de que maneira ele foi alcançado.

O profissional de contabilidade é o responsável pelo levantamento de dados que interessam aos usuários da contabilidade, assim o seu papel é esclareceras dúvidas, solucionar os problemas e desenvolver as estratégias, já que é o grande auxiliador da tomada de decisões dentro das organizações.

Segundo Marion (2003, p.25), “a função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da contabilidade para a tomada de decisões”.

Segundo Silva (2003, p.6) as pessoas que tomam decisões devem ter informações úteis a respeito dos resultados do desempenho, se desejam planejar, dar suporte e tomar decisões adequadas. Diante disso, torna-se de fundamental importância o sistema de informação gerencial.

As informações prestadas pela contabilidade permitem ao usuário, saber qual é a capacidade que a empresa tem de honrar suas obrigações e conhecer qual é o seu grau de endividamento. Para os administradores é uma ferramenta que auxilia na tomada de decisão gerencial para formar uma estratégia, e por fim permite aos investidores conhecer a rentabilidade da empresa. Dessa forma, o objetivo principal da contabilidade é permitir que os diversos usuários das informações produzidas pudessem analisar a situação econômico-financeira da entidade para tomar decisões no presente e no futuro.

Com base no que fora exposto, este trabalho propõe assessoria e consultoria aos alunos do curso de Nutrição para a abertura de uma empresa, quanto a organização societária e tributária de tal. Mostrando passo a passo desde a constituição da empresa, passando pela escolha de melhor tributação e análise das demonstrações financeiras de acordo com as projeções apresentadas.

O intuito do trabalho é desenvolver as habilidades dos discentes perante ao papel do contador para com uma organização.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Caracterização da Empresa

A atividade principal da Estruturar Consultoria – Planejamento Físico de Unidade de Alimentação e Nutrição é a realização de consultorias com o intuito de adequar e/ou planejar as Unidades de Alimentação e Nutrição aos padrões exigidos pela legislação, visando a garantia da qualidade higiênica sanitárias dos alimentos.

O ramo do negócio é prestação de serviços, uma vez que, a Estruturar Consultoria trata-se de uma empresa cuja atividade é a realização de consultorias a restaurantes comerciais, institucionais, escolas, hospitais, lanchonetes e outros estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos afim de adequar à estrutura física das unidades produtoras de refeições de acordo com as exigências da Vigilância Sanitária, com o objetivo de garantir a qualidade dos alimentos, segurança de funcionários e consumidores, além de reduzir custos e desperdícios.

A empresa será composta por oito sócias, cada uma integralizando R\$ 6.000,00 (seis mil reais), totalizando um capital social de R\$48.000,00 (quarenta e oito mil reais), retirando um pró-labore de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais. A empresa está localizada em uma sala alugada de um prédio comercial no centro da cidade de Belo Horizonte, onde as sócias realizam os seus trabalhos de planejamento, também contam com a colaboração de uma funcionária com cargo de recepcionista contratada pela empresa com regime da CLT, que recebe salário fixo.

2.2. Regime de Tributação

As pessoas jurídicas podem optar pelo regime de tributação que lhe gerar um menor desembolso financeiro, mas é necessário obedecer ao que estabelece a lei de imposto de renda e contribuição social (Lei Nº 7.713, de 22 de dezembro 1988, que sofreu várias alterações), sendo que há certas restrições a adoção de um determinado regime tributário.

De acordo com a atividade da empresa Estruturar Consultoria, segundo a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, a mesma não pode se enquadrar no regime Simples nacional;

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

XIII - que realize atividade de consultoria;

Portanto, restando à escolha pelo regime Lucro Presumido ou Lucro Real, no qual, ambos os regimes de tributação enquadram a atividade da empresa assessorada.

Não existem fórmulas prontas para saber qual a melhor opção a ser adotada. A escolha da melhor opção somente é possível quando cumpridos dois requisitos, quais sejam, o conhecimento da legislação e a análise do caso concreto.

Além de conhecer as características da empresa onde será feito o planejamento tributário, é preciso saber os detalhes tributários a ela aplicáveis.

A princípio, o lucro real é o regime de tributação mais justo, por atender à característica mais expressiva do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, que é a incidência sobre o resultado efetivo, e não sobre um resultado teórico (como no caso do Lucro Presumido).

Uma forma resumida de se comparar um regime com o outro seria prever qual seria o lucro da empresa em relação à sua receita bruta. Sendo esta relação superior ao percentual de presunção, o Lucro Presumido seria a melhor escolha; sendo a relação menor, o Lucro Real resultará em menor ônus tributário, ressaltando também a comparação do PIS e da COFINS, cujo as alíquotas do Lucro Real comparadas ao Lucro Presumido são bem maiores, alíquota de 1,65% para PIS e 7,6% para COFINS no Lucro Real podendo aproveitar créditos, enquanto no Lucro Presumido 0,65% do PIS e 3% para COFINS.

De acordo com as projeções de receitas e despesas da Estruturar Consultoria para o período de um ano, é mais vantajosa à escolha do Lucro Presumido como regime de tributação, abaixo, quadro comparativo entre as duas opções de tributação:

2.3. Lucro Presumido x Lucro Real

LUCRO PRESUMIDO	
RECEITA BRUTA TRIMESTRAL	108.000,00
ALÍQUOTA DE PRESUNÇÃO DO LUCRO 32%	34.560,00
IRPJ 15% (VALOR A SER PAGO NO TRIMESTRE)	5.184,00
CSLL 9% (VALOR A SER PAGO NO TRIMESTRE)	3.110,40
PIS 0,65% (VALOR A SER RECOLHIDO MENSALMENTE)	234,00
COFINS 3% (VALOR A SER RECOLHIDO MENSALMENTE)	1.080,00
TOTAL CSLL E IRPJ (VALOR A SER PAGO NO TRIMESTRE)	8.294,40
TOTAL PIS E COFINS (SOMATÓRIO DO RECOLHIMENTO NO TRIMESTRE)	3.942,00
TOTAL DOS IMPOSTOS (VALOR A SER PAGO NO TRIMESTRE)	12.236,40

LUCRO REAL	
RECEITA BRUTA (NO TRIMESTRE)	108.000,00
DESPESAS TOTAIS (NO TRIMESTRE)	(82.548,99)
IRPJ 15% (TRIMESTRAL)	3.817,65
CSLL 9% (TRIMESTRAL)	2.290,59
PIS 1,65% (TRIMESTRAL)	1.782,00
COFINS 7,6%(TRIMESTRAL)	8.208,00
CRÉDITOS PIS/COFINS A SEREM DESCONTADOS(MENSAL)	-770,28

TOTAL CSLL E IRPJ TRIMESTRAL	6.108,24
TOTAL PIS E COFINS NO TRIMESTRE	8.571,70
TOTAL DOS IMPOSTOS NO TRIMESTRE	14.679,94

3. ABERTURA DA EMPRESA

A consulta prévia é feita para verificar junto aos órgãos de registro se o local escolhido terá a permissão para executar a atividade, ou seja, se a prefeitura irá conceder o alvará de localização e funcionamento. É importante consultar se o nome empresarial escolhido será autorizado pela Junta Comercial, analisar se existe outra empresa com mesmo nome. Nessa fase da consulta é possível também obter o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, da Vigilância Sanitária Estadual e do Sistema Estadual de Meio Ambiente.

3.1. Consulta de Viabilidade:

1º Passo: Realizar a Consulta de Viabilidade: consiste na pesquisa antecipada nos registros da Jucemg sobre a existência de empresas constituídas com nomes empresariais idênticos ou semelhantes ao nome empresarial. Serve para alterar o nome de uma empresa já constituída e consulta prévia de endereço. O protocolo da consulta de viabilidade encaminha para o Cadastro Sincronizado (Coleta Web).

2º Passo: Preencher o Cadastro Sincronizado: tem como objetivo a sincronização e a simplificação das informações, procedimentos da abertura da empresa, alteração e baixa da empresa e reduz a burocracia.

3º Passo: Preencher o Módulo Integrador: é um sistema desenvolvido pela Jucemg para integrar as informações da Consulta de Viabilidade, Cadastro Sincronizado e a Ficha de Cadastro Nacional (FCN) e o Requerimento do Empresário (REMP). Que gera a capa de processo, contrato social, documento de arrecadação estadual (DAE), documento básico de entrada (DBE) que gera o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e o checklist.

4º Passo: Apresentar a documentação na unidade de atendimento da Jucemg em que a empresa terá a sua sede: todos os documentos da pessoa física e jurídica.

3.2. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ):

O CNPJ é um cadastro expedido pela Receita Federal. Toda Pessoa Jurídica (empresa) é obrigada a inscrever-se. Sem o CNPJ, a empresa está impedida de abrir conta bancária, realizar compras de fornecedores, emitir nota fiscal, participar de licitações, obter alvará e os demais registros.

Primeiro, é necessário gerar um pedido que se chama Documento Básico de Entrada do CNPJ (DBE). Para gerar este documento, é necessário efetuar o download de dois programas fornecidos gratuitamente pela Receita Federal do Brasil: RECEITANET
<http://www.receita.fazenda.gov.br>;

Após gerar o DBE, imprimi-lo em 1 (uma) via, assiná-lo e enviá-lo juntamente com contrato social, pois assim que a Junta aprovar o documento irá transmitir para a Receita Federal o DBE para receber o número do CNPJ da empresa.

3.3. Inscrição Estadual e Municipal:

Empresa prestadora de serviços, deve se inscrever no site da Receita Federal do Brasil, para efetuar a inscrição estadual e municipal.

1º Passo: Cadastro Sincronizado;

2º Passo: Pessoa Jurídica;

3º Passo: Inscrição;

4º Passo: Primeiro Estabelecimento: Estado (para estabelecimento já inscrito na RFB) e Município (para estabelecimento já inscrito na RFB).

3.4. Registro do Alvará

A solicitação do alvará sanitário é feita na Central de Atendimento da Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana – SMARU. Com os documentos devidos como CPF, CNPJ, Guia de IPTU ano vigente, Contrato Social. Também poderá ser feita a solicitação através do site da Prefeitura de Belo Horizonte.

3.5. Registro em Sindicatos

A legislação sindical em vigor no País estabelece a necessidade de coordenação, proteção e representação legal de categorias econômicas ou atividades exercidas pelas empresas. Cada atividade empresarial possui a sua representação sindical. Identificando a atividade principal da empresa.

A empresa Estruturar Consultoria encontra-se registrada no Conselho Regional de Nutricionistas – 9ª Região. BH/MG.

4. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No mundo empresarial, diversas decisões são tomadas que podem determinar o sucesso ou o fracasso de uma empresa. Para que essas decisões sejam tomadas de forma mais acertada, é imprescindível que os tomadores de decisão tenham à disposição as informações necessárias, dando mais racionalidade ao processo.

As demonstrações financeiras são utilizadas pela administração da empresa para prestar contas e levar informações sobre o aspecto econômico-financeiro aos usuários interessados. Elas revelam suas operações por um período de tempo, e quando analisadas permitem detectar quais são seus pontos fortes e fracos apresentados em suas atividades operacionais e não operacionais, bem como suas potencialidades, auxiliando assim, a tomada de decisão.

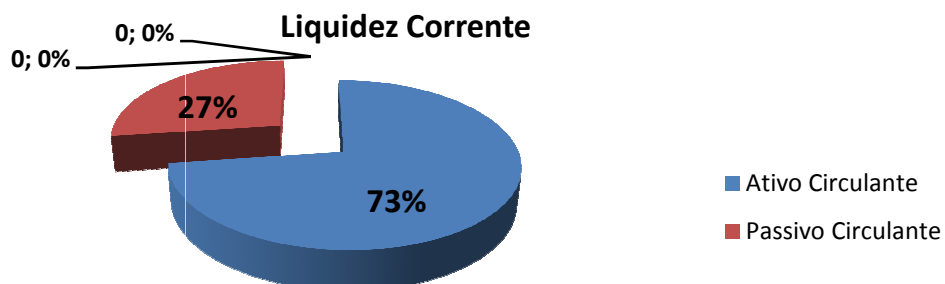
A fim de transformar os dados disponíveis nas demonstrações financeiras em informações de auxílio à tomada de decisões, surgiu a análise das demonstrações financeiras.

De acordo com Schier (2007, p.57) a “análise das demonstrações financeiras extrai o máximo possível de informações, através da interpretação dos dados disponibilizados pelas demonstrações contábeis e financeiras, tratadas em conformidade com as premissas contábeis”. Sua principal finalidade é fornecer informações precisas para os credores e investidores tomarem decisões.

Com base no que fora exposto, da grande importância de uma análise financeira das demonstrações contábeis, levando em consideração as projeções de receitas e despesas da empresa, foi elaborado um Balanço Patrimonial, e a partir de então a análise financeira de tal.

INDICADORES ECONÔMICOS FINANCEIROS EM 31/12/2013

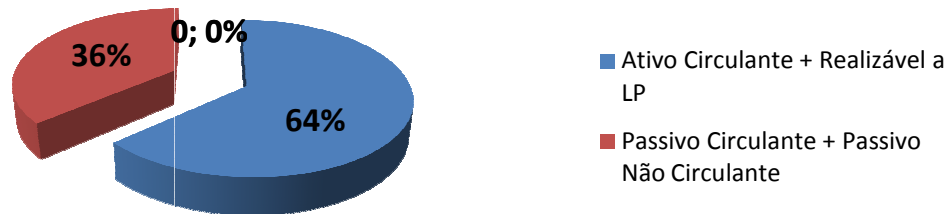
Índices de Liquidez



Ativo Circulante R\$ 108.190,98 = 2,68
Passivo Circulante R\$ 40.326,18

Análise Financeira da Liquidez Corrente: A empresa possui R\$ 2,68 de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo.

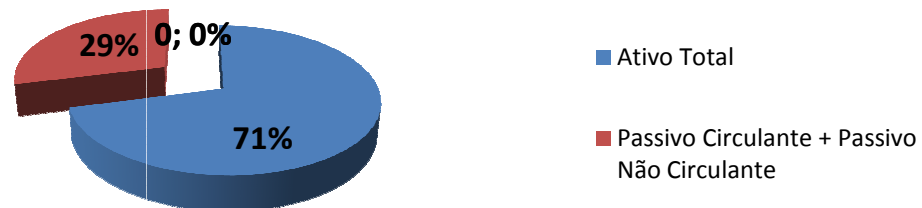
Liquidez Geral



Ativo Circulante + Realizável a LP $\frac{R\$ 108.190,98}{R\$ 52.826,18} = 2,05$
 Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Análise Financeira da Liquidez Geral: A empresa possui R\$ 2,05 de ativo circulante e ativo realizável a longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívida.

Solvência Geral



Ativo Total $\frac{R\$ 129.190,98}{R\$ 52.826,18} = 244,56\% \times 100$
 Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Análise Financeira da Solvência Geral: O investimento total representa 244,56% do capital de terceiros.

Índices de Estrutura de Capital

Participação de Capital Próprio



Patrimônio Líquido $\frac{R\$ 76.364,80}{R\$ 129.190,98} = 59,11\%$
 Ativo Total

Análise Financeira da Participação de Capital Próprio: O capital próprio representa

59,11% do investimento total.

Índices de Estrutura de Capital

Participação do Capital de Terceiros

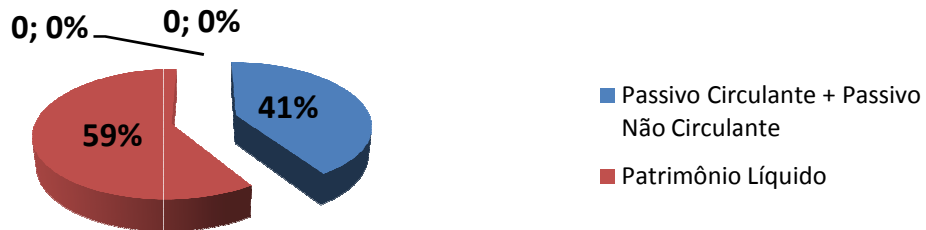


Passivo Circulante + Passivo Não Circulante $\frac{R\$52.826,18}{R\$ 129.190,98} = 40,89\%$
 Ativo Total

Análise Financeira da Participação do Capital de Terceiros: Capital de terceiros representa 40,89% do ativo total.

Índices de Endividamento

Grau de Endividamento Geral

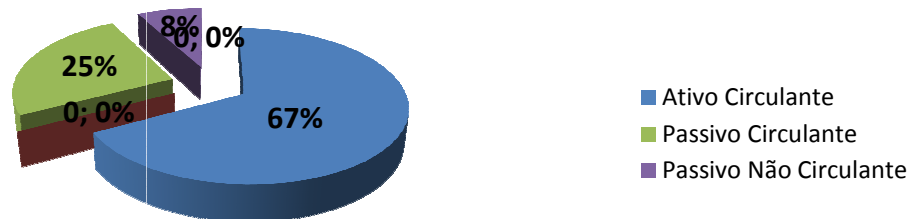


Passivo Circulante + Passivo Não Circulante $\frac{R\$ 52.826,18}{R\$ 76.364,80} = 69,18\%$
 Patrimônio Líquido

Análise Financeira do Grau de Endividamento Geral: Capital de terceiros representa 69,18% do capital próprio.

Índices de Rentabilidade

Capital de Giro Próprio



(+) Ativo Circulante R\$ 108.190,98
 (+) Realizável Longo Prazo R\$ 0,00 R\$ 108.190,98

(-) Passivo Circulante	R\$ 40.326,18
(-) Passivo Não Circulante	R\$ 12.500,00(R\$ 52.826,18)
(=) Capital de Giro Próprio	R\$ 55.364,80

Análise Financeira do Capital de Giro Próprio: A empresa possui R\$ 55.364,80 de capital de giro próprio.

5. PLANO DE NÉGOCIO

4 – INVESTIMENTOS INICIAIS (R\$ - Projeção para um ano de funcionamento – 12 meses)

4.1 - Móveis e equipamentos	3.000,00
4.2 – Veículos	15.000,00
4.3 - Máquinas e Equipamentos	7.000,00
4.4 - Despesas pré-operacionais (abertura da empresa)	1.000,00
4.4 – Estoque inicial de produto/material	
4.5 – Outros	
TOTAL DE INVESTIMENTOS	26.000,00

5 - ANÁLISE FINANCEIRA (R\$ - Projeção para um ano de funcionamento – 12 meses)

5.1 - Custos dos serviços prestados (definir o valor mensal e multiplicar por 12 meses)

a) Custo material de consumo	960,00
b)Custo com aluguel	24.000,00
b) Água, Luz, Telefone e Internet	6.528,00
c) Pró-Labore	192.000,00
d) Encargo sobre Pró-Labore	38.898,24
e)Depreciações	4.000,00
d) Manutenção de veículo	7.920,00
TOTAL DE CUSTOS DE PRODUTOS	274.306,24

5.2 - Despesas operacionais (definir o valor mensal e multiplicar por 12 meses)

a) Salários (administrativo)	9.600,00
b)Encargo sobre salário	3.340,80
c) Férias(provisão)	1.066,66
d) 13º salário e encargos	864,00
b) Água, luz, telefone e internet	1.632,00
c) Prestação de serviços (contador)	8.640,00
d) Aluguel	6.000,00
e) Manutenção máquinas da administração e material de consumo	240,00
f)Publicidade e propaganda	48.000,00
f) Comissões de vendedores/representantes	0,00
g)Outros(Vale-Transporte, abertura empresa)	1.000,00
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	80.383,46

5.3 – RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

a) Preço unitário por prestação de serviço (por contrato)	600,00
b) Previsão de Prestação de Serviço em um ano	720,00
RECEITA BRUTA TOTAL (Preço Unitário X Previsão de Venda)	432.000,00

5.4 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1 - Receita bruta de serviços prestados	432.000,00
2 - (-) Deduções da receita bruta	48.945,60
3 - (=) Receita líquida de serviços prestados	383.054,40
4 - (-) Custos dos serviços prestados	274.306,14
5 - (=) Margem de contribuição bruta	108.748,26
6 - (-) Despesas operacionais	80.383,46
7 - (=) Lucro operacional	28.364,80

6. CONCLUSÃO

COPIE E COLEI DO TIS PASSADO..... MODIFICAR TUDO.... MODELO!

Atualmente reduzir custos e despesas em uma organização é fundamental, pois o mercado de trabalho é extremamente competitivo. Portanto, o planejamento tributário é um fator diferencial para assegurar tal competitividade e constitui uma forma preventiva legítima de economia na carga tributária. Através das diretrizes de leis já comentadas anteriormente é possível buscar alternativas na diminuição de impostos levando a tomadas de decisões que refletem positivamente nos resultados da empresa.

Com relação aos regimes de tributação demonstrou-se que cada empresa deve ser analisada individualmente, cabendo uma profunda análise para a escolha do melhor regime de tributação, que será na maioria dos casos um fator determinante no sucesso ou fracasso dos negócios, independente do porte da empresa.

Com o estudo desenvolvido através da análise de demonstrações contábeis identificou-se representando os valores totais e parciais de arrecadação de cada um dos regimes tributários estudados que para a empresa analisada a melhor forma tributação é o Simples Nacional, de acordo com seu ramo de atividade e porte, pois por meio do estudo de caso ficou comprovado que o regime tributário eleito pela empresa é adequado, e que o Simples Nacional, atual regime adotado empresa no exercício analisado, foi o meio mais vantajoso em termos de tributação, havendo um maior encaixe monetário, aumentando a lucratividade e possibilitando maiores investimentos da empresa.

Assim, constatou-se o quanto é importante conhecer, planejar, entender e aplicar a melhor forma de tributação diante de um longo estudo e conhecimento nas leis.

Comprovou-se também o quanto a carga tributária decresce quando se opta por um regime correto, finalizando assim as considerações a respeito da pesquisa e respondendo a questão feita no início desse trabalho, provou-se que é possível sim, através de um planejamento adequado reduzir o pagamento de impostos dentro de uma organização.

7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Brasil. Lei Complementar n°123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n°s 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, da Lei n° 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n° 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n°s 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

JUCEMG. **Consulta de Viabilidade**, Belo Horizonte, set. 2013. Disponível em: <<http://www.jucemg.mg.gov.br/ibr/informacoes+passo-a-passo-servicos+passo-a-passo-consulta-viabilidade>>. Acesso em: 10 out. 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Enquadramento de ME e EPP**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/servicos-online/enquadramento-desenquadramento-e-reenquadramento-de-me-e-epp>>. Acesso em: 21 out. 2013.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Alvará de Localização**, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <<http://alf.siatu.pbh.gov.br/siatu-urbano-consulta-previa-publico/f/t/inicial>>. Acesso em: 15 out. 2013.

SCHIER, C. U. C. **Controladoria como instrumento de gestão**. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2007.

SEBRAE. **Lei Complementar 123**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/minas-gerais/politicas-publicas/lei-geral-da-micro-e-pequena-empresa>>. Acesso em: 09 out. 2013.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**, Brasília, DF. Disponível em:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp>
. Acesso em: 17 out. 2013.

SILVA Antônio Carlos Ribeiro da. **Análise financeira das empresas**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.